

# Relatório Reservado 1468

*BEI*

## Reservas indígenas viram *blue chips* do setor mineral

A aprovação pela Câmara dos Deputados do novo conceito de empresa nacional, que acaba com a discriminação das empresas estrangeiras no Brasil, provocou bruscas mudanças de posições entre as diversas peças que se movimentam em torno da questão mineral no país: antigos adversários passam a ser aliados e velhos aliados vão se confrontar.

Os militares que tanto se preocuparam com a ocupação das fronteiras por reservas indígenas agora vão encontrar seus antigos "inimigos" do lado de cá da fronteira e, possivelmente, ombro a ombro na mesma trincheira de luta contra o tamanho das reservas. Já os interesses estrangeiros, sempre unidos na defesa da conservação da floresta amazônica, agora vão experimentar a cisão, entre os que querem a exploração mineral e os que querem a Amazônia intocada.

Algumas das principais reservas minerais da região estão no subsolo de áreas indígenas.

A segunda maior do país, que vai da Serra do Parima até o maciço da Neblina, está localizada embaixo da reserva Ianomami, que vai do oeste de Roraima até o noroeste do Amazonas.

Outras reservas minerais riquíssimas e pouco conhecidas, como as da Serra do Tumucumaque (norte do Pará) e as do complexo Içãna-Traíra (Alto Rio Negro, no Estado do Amazonas) também são ocupadas pelos índios

wai-wais e tiriós, na primeira, e tucanos, na segunda.

A mudança constitucional, que ainda tramita no Senado, e também vai passar por regulamentação na Câmara, já excitou bastante as grandes empresas de mineração e os fundos de investimento estrangeiros. Não que a antiga forma da lei tenha impedido a presença dos estrangeiros no subsolo nacional. Isso sempre foi feito com a maior desenvoltura através de associações com empresas e bancos nacionais. Mas o reconhecimento legal permite que a empresa ou o investidor estrangeiro se apresente com

mais de 100 ocorrências mapeadas pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

Ainda há entraves legais para a exploração mineral dos estrangeiros no Brasil, como o Código de Mineração feito na década de 30. A pior ameaça, entretanto, vem da reivindicada expansão de áreas indígenas e de proteção ambiental. As organizações internacionais ambientais e indigenistas pleiteiam a preservação de áreas equivalentes a 70% do território da Amazônia Legal.

A chamada "bancada amazônica" no Congresso Nacional promete, entretanto, podar os anseios ambientalistas,

dificultando a criação de reservas. No sentido contrário, o senador Romero Jucá (PFL) apresentou projeto de lei aumentando o percentual a ser pago pelas empresas minerais aos índios, que já receberiam os *royalties* normais pagos aos ocupantes da superfície da jazida. Os deputados da "ban-

cada amazônica" querem que o assunto seja decidido exclusivamente pelo Congresso Nacional.

O prêmio do jogo é alto. As reservas conhecidas de ouro no Brasil são as maiores do mundo, em torno de 30 mil toneladas, o dobro das sul-africanas. Outro bocado ainda é desconhecido. Somados aos outros minérios já pesquisados as reservas amazônicas ultrapassam a estratosférica cifra dos US\$ 2 trilhões.

**Bons (e ricos) selvagens**

**Ianomamis** – ouro, nióbio, tório, diamante e estanho  
– Complexo mineral Parima-Neblina  
– Roraima e Amazonas, fronteira com a Venezuela.

**Tiriós e wai-wais** – ouro  
– Serra do Tumucumaque  
– Norte do Pará, fronteira com as Guianas.

**Tucanos** – ouro, tantalita e ametista  
– Serras do Içãna e Traíra  
– Amazonas, Alto Rio Negro, fronteira com a Colômbia.

sua própria cara e negocie ele próprio suas condições.

Só na mão de um consultor da área há 34 interessados estrangeiros de grande, pequeno e médio portes em exploração de jazidas brasileiras. Na Reserva Garimpeira do Tocantins, onde está a maior reserva de ouro do país, as grandes mineradoras canadenses e americanas já estão se associando com os brasileiros para pesquisa das